



LEI Nº 6.995 /2019

OS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE, APROVA:

Art. 1º- Fica instituída a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, no que se compreende: Transtorno Autista, Síndrome de Aspenger, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação e Síndrome de Rett; e estabelece diretrizes para sua consecução.

§1º- O Chefe do Poder Executivo adotará no dia 2(dois) de abril em espaços públicos do município, a cor predominante (Azul), cor esta que simboliza o Dia Municipal da Conscientização do Autismo, data decretada pela ONU (Organização da Nações Unidas).

§2º- Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela com anomalia qualitativa constituída por característica global do desenvolvimento, conforme definido na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionadas com a Saúde (CID) da Organização Municipal da Saúde (OMS).

§3º- A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Art. 2º- São diretrizes da Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

- I- a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- II- a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
- III- a tenção integral às necessidades de saúde da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, objetivada o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;



- IV- o estímulo à inserção da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- V- a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;
- VI- o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, bem como a pais e responsáveis;
- VII- o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao Transtorno do Espectro Autista no país;
- VIII- qualificar os profissionais de educação conforme orientação dada pelas normas, ABA, TEECH e PECS, estes reconhecidos como os mais adequados para resultados efetivos.

Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 3º- São direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

- I- a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II- a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III- o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
 - a) o atendimento multiprofissional;
 - b) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
 - c) os medicamentos;
 - d) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.
- IV- o acesso:
 - a) à educação e ao ensino profissionalizante;
 - b) à garantia das vagas em escola da rede pública municipal;
 - c) à moradia, inclusive à residência protegida (se for o caso);
 - d) ao mercado de trabalho;



e) à previdência social e à assistência social.

Art. 4º- A pessoa com Transtorno do Espectro Autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE, ESTADO DE GOIÁS, aos 20 dias do mês de setembro de 2019.

Idelson Mendes

Presidente

Andresa de Souza Martins Alvaro

1ª Secretária



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente e Senhores Vereadores (as)

Apresento aos meus nobres colegas desta Casa Legislativa o projeto de lei da minha autoria que reconhece o Autismo como pessoa com deficiência em nossa cidade o presente projeto de lei visa propor diretrizes para o Poder Público Municipal se orientar na formulação e na realização de uma política voltada para os atendimentos de crianças portadoras de Síndrome de Autismo.

“Autismo é uma desordem na qual uma criança jovem não pode desenvolver relações sociais normais, se comporta de modo compulsivo e ritualista e, geralmente, não desenvolve a inteligência normal. O autismo também tenham essas doenças.”(Conforme o site: <http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?44&-autismo>).

O autismo é uma síndrome mais comum do que se imagina. De acordo com o site <http://www.orgulhoautista.org> e www.revistaautismo.com.br, há no Brasil quase dois milhões de autistas. No mundo, a ONU estima que são 70 milhões de pessoas.

Estimativas nacionais constam 02 milhões de autistas no Brasil. Os dados do censo são referentes a 2010 e foram divulgados apenas em 2014, indicando a prevalência de 01 autista para cada 48 pessoas, em 2016, proporcionalmente as pesquisas utilizadas pela incidência dos casos constatados no mundo.

De acordo com o Dr. Estevão Vadasz, coordenador do Projeto Autismo no Instituto de Psiquiatria do HCUSP há cerca de 100.000 (cem mil) autistas só lá na Grande São Paulo.

Ocorre, entretanto, que nem 1% (um por cento) dessa população é atendida pelo Poder Público nas instituições disponibilizadas.

Além disso, nas poucas vagas disponíveis, a qualidade no atendimento é muito questionável, sendo adotados métodos pedagógicos defasados, diversos dos métodos ABA, TEECH e PECS, estes reconhecidos como os mais adequados para resultados efetivos. Também é rara a ação voltada para a ampliação das áreas verbal, social e cognitiva.

Enfim, nota-se que até o momento não existe uma política pública dirigida para tão grave problema social.

A presente proposição pretende não só chamar atenção para a questão, como também propor diretrizes concretas para guiar o Poder Público na formulação e realização de políticas públicas para a criança autista, sem dúvida um dos segmentos mais carentes de cuidados especializados em nosso Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE
RIO VERDE

COM VOCÊ, CONSTRUINDO O FUTURO!
BIÊNIO 2019/2020

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE, ESTADO DE GOIÁS, aos 20 dias do mês de setembro de 2019.

Idelson Mendes

Presidente

Andresa de Souza Martins Alvaro

1ª Secretária